

A IMAGEM DO CANGAÇO NOS JORNAIS CEARENSES (1920-1930)¹

Francisco Wilton Moreira dos Santos

MIHL/FECLESC-UECE

wilton.moreira.santos@gmail.com

Introdução

O presente trabalho objetivou compreender como os jornais do Ceará construíram a imagem do cangaço em suas páginas. Para tal, discorremos sobre a imprensa cearense, considerando a sua inserção e abrangência cultural, sua tiragem, sua distribuição e leitores, atentando, ainda, para as mudanças sofridas ao longo do tempo e sua articulação com o sistema de poder. Em seguida, dialogamos sobre as notícias que versam sobre o cangaço: quando e como elas apareceram e qual a importância que esse tema teve para a imprensa cearense? Foi dedicada atenção especial ao assunto nos jornais, uma vez que a maioria das matérias e notas que tratam do tema estampavam as primeiras páginas, ocupando inúmeras folhas durante as décadas de 1920 e 1930.

Tais notícias apareceram em vários momentos associadas à destruição dos lares, estupros, incêndios, torturas e a outros tipos de violência. Isso nos levou a discutir sobre a construção do medo ao cangaço pela imprensa do Ceará, haja vista que os periódicos aparecem como importantes mecanismos de poder, atuando na construção de memórias. A imprensa será um importante veículo difusor de uma política do medo, com notícias alarmantes, chamadas sensacionalistas, alertando para a possibilidade de ataque dos cangaceiros às terras cearenses.

As fontes que nos ajudaram a refletir sobre esse momento foram as *Mensagens do Governador do Ceará* e os jornais cearenses, tais como: *Jornal do Ceará*, *A Esquerda*, *A Lucta*, *O Povo*, dentre outros. Frederico Pernambucano de Mello (2011) e Durval Muniz de Albuquerque Junior (2011, 2013) foram importantes para pensarmos a ampliação do banditismo e o espaço onde se desenrolam as ações estudadas. Pensamos a articulação entre

¹ Este artigo é parte de um material de qualificação apresentado ao Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, FECLESC/UECE.

política e medo formulada pelos jornais cearenses em diálogo com Vladimir Safatle (2015) e Jean Delumeau (2007), por exemplo.

Os jornais do Ceará

O advento da imprensa está intimamente ligado à ideia de modernidade, sendo uma das maiores representantes dessa imagem no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, principalmente pela difusão através da palavra impressa do imaginário e do desejo de civilização. As duas primeiras décadas do século XX são caracterizadas pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas no Ceará. A cidade de Fortaleza se transformava e a palavra impressa passava a fazer parte da vida da população. Por isso, não se pode pensar em fazer um balanço da história dos jornais cearenses dissociando-os de toda a gama de transformações econômicas, políticas e culturais, sob o risco de isolá-la e considerá-la meramente como uma fase dentro de todo esse processo, conforme alerta Raymond Williams (1981) em artigo sobre a imprensa e a cultura popular inglesa.

A imprensa dialoga com os principais acontecimentos do período: a Primeira Guerra Mundial, as lutas pela deposição do Governo Acioli, a Sedição de Juazeiro, a passagem da Coluna Prestes pelo interior do Nordeste, entre outros. Era por meio da leitura dessas folhas que a população sabia da ação dos grupos de cangaceiros, das últimas notícias sobre as eleições, os mandos e desmandos dos coronéis.

A circulação de impressos estava na ordem dos dias: tipografias se multiplicavam e mais livros eram produzidos e circulavam no Estado do Ceará. O início do século XX mostra o aumento das publicações e circulação das folhas, tanto na capital da província, quanto no interior. O avanço das técnicas de impressão vai despontando e o aparecimento de novas estratégias contribuía para prender a atenção do leitor, convertendo-o em um consumidor fiel do periódico. Dinâmica esta que continua a se fortalecer com o novo século, principalmente nas suas duas primeiras décadas.

A impressão usando a combinação de vários tipos móveis – invento atribuído a Johann Gutenberg de Mainz e importante impulsionador de uma “revolução gráfica” –, para formar palavras e frases era uma tarefa que exigiam paciência em sua elaboração. Distribuídos em caixotim, era tarefa do compositor alinhar os tipos e outros elementos que

fariam parte da impressão. Feito isso, estava pronto um modelo de página onde, depois de impressa, os tipos podiam ser reordenados para formar o próximo conteúdo. Evidentemente, essa era uma tarefa que levava tempo e limitava o número de jornais que circulariam, uma vez que demandaria um longo trabalho para compor uma única edição de um jornal contendo de quatro a seis páginas.

A imprensa se moderniza e os contornos de empresa atentas às vendas para se manter vão ficando cada vez mais claros: a assinatura e a incorporação de anúncios ganham maior destaque, independentemente de ter ou não apoio de um partido ou instituição². No Rio de Janeiro e em São Paulo essa modernização se antecipa, enquanto em outros Estados ela ainda estava em fase de transição. Conforme Nelson Werneck Sodré, e sua obra *História da Imprensa no Brasil*, “nos outros Estados, a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial, no início do século XX; são raros os jornais de província com estrutura de empresa” (SODRÉ, 1966, p. 372). No Ceará, por exemplo, a estrutura, organização e funcionamento do jornal como empresa ficará mais evidente a partir de 1920, mas Waldemiro Cavalcanti em seu *Jornal do Ceará*, já acenava para esse perfil nas primeiras décadas do século XX. A folha apresentava a possibilidade de publicações em suas páginas aos interessados que pudessem pagar por elas. Os preços variavam de acordo com o tamanho da publicação. A coluna inteira custava 10\$000, metade da coluna, 6\$000 e um quarto da coluna estava disponível por 4\$000³.

Havia vários pontos de vendas dos jornais: nas principais praças da cidade, nos cafés, nas barbearias e na própria oficina do jornal. Além disso, algumas notícias publicadas dizendo que “precisa-se de meninos para vender este jornal. Paga-se bem” evidenciam que havia também a venda na rua, ampliando-se o alcance das folhas. No interior, os colaboradores eram os encarregados pela divulgação, venda e disseminação dos periódicos. Entretanto, há que se pensar também a quem era destinado esses periódicos: quanto custavam e qual a clientela que os comprava? Por mais que a palavra impressa e o povo estivesse cada vez mais próximos, não significava que todos que sabiam ler, mesmo que minimamente,

² As empresas que não tinham esse apoio podiam ter uma vida mais curta.

³ O *Jornal do Ceará* começou a funcionar em 1904, sob direção de Waldemiro Cavalcanti. Sua redação ficava na Rua Senador Alencar, nº 14. As suas oficinas, ficavam situadas à Rua Formosa, nº 41.

compravam as folhas (por falta ou não de dinheiro). Fazer a assinatura anual de um jornal ou mesmo comprar o número do dia custava caro. O número diário d'A *Imprensa*, por exemplo, custava entre \$100 e \$150 réis, enquanto para adquirir o jornal *A Esquerda* era preciso desembolsar entre \$200 e \$400 réis; em uma cidade como Fortaleza, onde a carne de gado custava 1\$000 a 1\$200 réis, segundo *O Nordeste* e em Quixadá, onde a média da saca de 60 kg de arroz, 60 kg de Farinha seca e 200 litros de feijão, custavam respectivamente, 60\$000, 28\$000 e 80\$000 réis, verifica-se que o jornal era consumido, principalmente pela classe pequeno-burguesa do Estado.

Entretantes, isto não significa que a população menos favorecida não se empenhasse e traçasse estratégias para travar seu contato com os impressos. O Ceará, apesar de contar com uma população majoritariamente analfabeta⁴, não impedia o povo de se empenhar “à tarefa de decifração do mundo” (GONÇALVES, BRUNO, p. 07), buscada por trabalhadores e tantos outros sujeitos no Ceará. Aqueles que dispunham de pouca leitura procuravam outras estratégias para travar seu contato com os jornais, uma delas, a socialização das leituras das folhas. As leituras em voz alta, nas praças, nas barbearias, nas casas de conhecidos, movendo o povo pela vontade de saber. Tudo para se fazer conhecer as últimas notícias dos dias.

2. O cangaço na imprensa e na História

As menções feitas ao cangaço na imprensa cearense não possuem um corpo homogêneo, elas diferem no sentido que buscam atingir, diferem também em tamanho e número. Essas notícias podem aparecer, ainda, em diversos momentos e em lugares distintos nas folhas: artigos, editais, telegramas e mesmo em anúncios. Com exceção dos telegramas, que normalmente são mais curtos, havia nos periódicos várias matérias sobre a temática, boa parte estampando as primeiras páginas, por vezes, estendendo a discussão para duas ou mais

⁴ Segundo Ana Maria de Oliveira Galvão (2007), em 1920, 71, 2% das pessoas no Brasil eram analfabetas., caindo para 61, 1% no ano de 1940. Ainda assim, o país era marcado pela oralidade e o analfabetismo. O papel da escola começa a se destacar nesse período e “somente após algumas décadas, no período republicano, observa-se uma expansão mais acentuada das taxas de escolarização: são cerca de 638 mil alunos em 1907, de 2,5 milhões em 1935, de 7,5 milhões em 1960” (GALVÃO, 2008, p. 11).

páginas. Chamadas com letras garrafais somadas aos recursos linguísticos e apelos emocionais para atrair a atenção do leitor, que, em um misto de curiosidade e medo, buscava saber como se deu a última investida de Lampião e seu grupo, eleitos no último quinquênio da década de 1920 como alvo da ênfase noticiosa da imprensa.

Antes, é preciso pensar como se deu a proliferação do banditismo pelos sertões nordestinos para compreendermos como se dava a relação dos demais atores sociais e os indivíduos que compõem esse quadro. Atentando, posteriormente, para os sentidos que a imprensa vai elaborar ancorada nesse fenômeno.

Segundo Pernambucano de Mello (2011), o banditismo nasce como um fenômeno litorâneo marcado pelo convívio com o mar e à medida que vai sendo enxotado da faixa verde, ficaria conhecido como *cangaço*, nomenclatura criada no sertão. Uma vez afastados para o sertão, evidentemente, não se estingue o banditismo litorâneo. Todavia, é nesse novo espaço geográfico que o fenômeno será batizado como o conhecemos: com “(...) um nome próprio e de sabor regional” (MELLO, 2011, p. 95), em um ambiente que favoreceria a sua ocultação e terra de homens com apreço à aventura. É ali que viria a se requintar e reinventar, quantitativa e qualitativamente, ganhando destaque maior entre o final do século XIX e início do XX com a atuação de Antônio Silvino, Lampião, Corisco e seus respectivos bandos (MELLO, 2011).

Os momentos de crises e as desestabilidades proporcionadas pelas secas, por exemplo, são alguns dos fatores que contribuem para a proliferação do banditismo. As estiagens transformavam a vida no sertão, que ficava mais dura, mais difícil, principalmente para as famílias mais humildes, serão frequentes durante o século XIX⁵. Posteriormente, com as secas (1915-1919-1932) e crises que atingiam a vida da população cearense e os momentos e agitação social, veremos os grupos de cangaceiros independentes aparecerem em maior quantidade. Percebe-se o papel da imprensa em narrar as ações desses sujeitos que se avultam nos jornais a partir dos anos 1920: as notícias passam a ganhar mais espaço e aparecem em maior quantidade.

⁵ A Grande seca de 1877-9, por exemplo, não foi a primeira a afligir as terras do Ceará. A província cearense já havia sofrido com outras estiagens terríveis, como as secas de 1825, 1832 e 1845 que causaram enormes estragos acarretando prejuízos à sua população, bem como ao terreno econômico do Ceará.

De fato, o final do segundo decênio do século XX e o início da década seguinte, marca o auge do banditismo independente. Entre os anos de 1919 e 1927 “em torno de 54 bandos agiram no Sertão e no Agreste nordestinos” (PERICÁS, 2010, p. 18). Pernambucano de Mello, elenca dois momentos que apontam para a ampliação dos bandos independentes:

Embora estas indicações impliquem sempre em algum subjetivismo indesejável, cremos não se mostrar historicamente temerário apontar o ciclo da grande seca "dos dois setes", no século XIX, e a já referida década de 20, no passado, como dois momentos nos quais o paroxismo da ação desenvolvida pelos grupos em armas faz com que a habitual cronicidade do cangaço se aqueça até o ponto de ceder lugar à instalação de um quadro agudo muito próximo de uma convulsão social generalizada. A importância de que se assinalem estes dois momentos, nos quais o fenômeno evolui do ordinário-endêmico para o extraordinário-epidêmico, está no fato de ter sido sempre possível à sociedade sertaneja - e dela não excluímos aqui o componente representado pelo poder público - conviver, sem maiores traumas, ou, ao menos, sem traumas insuportáveis, com o cangaço (MELLO, 2011, pp. 97-98).

Os grupos encontravam no sertão um cenário que lhes favorecia: o escudo natural da rústica caatinga era um broquel quase impenetrável de difícil acesso, principalmente, para os soldados da capital, não afeitos àquele ambiente. A colaboração entre membros das elites, do governo e do sertanejo mais pobre, contribuía para a permanência da atividade pelas armas, tornando um meio de vida para aqueles que enveredavam nessa aventura. E aqui, um motivo que se avulta é o fato deles agirem por conta própria, ou seja, não mais obedeciam aos mandos dos coronéis, apesar de alguns ainda contarem com a ajuda e os favores destes em troca de armas e mantimentos, como forma de garantir a sua sobrevivência. Quando não, optavam por outra forma de fazê-lo: saqueando, roubando, matando ou chantageando os grandes fazendeiros e poderosos da região.

É interessante perceber como, aos poucos, vai se operando uma mudança discursiva sobre o banditismo à medida em que se avança os anos de experiência na jovem República. Desde os acontecimentos marcados pela Sedição de Juazeiro, passando pela crise da seca de 1915, nota-se o tema encarado com gravidade cada vez maior. Essa mudança discursiva está diretamente ligada com as mudanças sociais, isto é, o contexto histórico-social no qual se inserem os sujeitos e, conseqüentemente, seus discursos.

A ação dos bandos independentes causava ainda mais agonia, pois, ao contrário do banditismo político e remunerado, eles eram senhores de seus destinos. O cangaceiro, habituado a vida nômade, não respeitava fronteiras estaduais e suas ações destoavam do bandido comum. O cangaço, bem se sabe, já era um velho conhecido do sertão, entretanto, “a existência criminal desenvolvida por um Lampião, não pode ou, ao menos não deve ser confundida com aquela levada a efeito por um Senhor Pereira ou um Jesuíno Brilhante” (MELLO, 2011, p. 88).

Na década de 1920 pode-se sentir as ácidas críticas ao modo cientificista, advindas com o pós-guerra. A imprensa e seus intelectuais, mais uma vez, vão agir diante daquilo que acreditavam ser o seu papel: eles reivindicam para si a responsabilidade de erigir o país, pois jugam-se ser “os mais capacitados para conhecer o Brasil” (VELLOSO, 2013, p. 148). As alternativas para o desenvolvimento da nação se dará por meio da arte, é por ela que se busca atingir a realidade brasileira (VELLOSO, 1983, 2013). Lembremos que muitos dos jornalistas e vários dos colaboradores de suas folhas eram literatos, ou seja, faziam parte da elite intelectual e letrada da época e estavam dentro do sistema de poder.

Com a chegada da década de 1930 e toda a articulação que vai se desenhando no país, as mudanças culturais e sociais e as tentativas de aproximação entre os intelectuais da imprensa e os do governo, as repressões e censuras impostas aos jornalistas que se opusessem ao “Brasil Novo”, tem impactos nas notícias sobre o cangaço nos jornais cearenses. A exemplo, as manobras do Estado Novo para legar ao cangaço esquecimento. Uma delas foi a grande imprensa, que foi obrigada a silenciar sobre as ações dos bandos e estampar as suas páginas com manchetes sobre o seu fim.

Desse modo, são dois momentos em que as notícias sobre o cangaço voltam a aparecer nos jornais do Ceará durante os anos 1930. O primeiro deles é quando se tem sucesso a empreitada do sírio-libanês Benjamim Abraão de se fazer um filme de Lampião e seu grupo em plena caatinga. O documentário foi posteriormente censurado pelo Estado Novo, afinal, como questiona a *Jornal O Povo*, “Será possível (...), que se possa ainda, por esses tempos tão mudados, filmar um bandoleiro, um gangster, um assassino mil vezes assassino e não se tenha meios de apanhá-lo?” (O POVO, 28/12/1936, p.01). Ora, as imagens teriam o poder de demonstrar, até certo ponto, a incapacidade dos Estados em acabar com o

cangaço: como pode há tanto tempo o governo tentar pôr fim às ações desses indivíduos e, diante de seus insucessos, um sujeito permanecer na caatinga filmando e fotografando os cangaceiros? Havia ainda o medo do filme ser transformado em uma apologia ao cangaço, fenômeno que manchava a imagem da República.

O segundo momento de aparição das notícias sobre os cangaceiros nesse período será depois da morte de Lampião, Maria Bonita e alguns integrantes de seu grupo na grota dos Angicos, Sergipe, em julho de 1938. Jornais de todo o Nordeste vão noticiar o fim do “capitão do sertão”. Telegramas são enviados noticiando o grande feito das forças volantes alagoanas lideradas pelo Tenente João Bezerra. “Decapitados Lampeão, sua mulher nove comparsas” (O POVO, 29/07/1938, p. 01), publica o jornal em letras garrafais. Há uma espécie de celebração macabra onde se mistura a euforia da notícia da morte do célebre bandido, com uma legitimação da violência: “as cabeças dos bandidos esperadas em Maceió” (O POVO, 29/07/1938, p. 01). Ora, sob os auspícios do Estado Novo, reforçava-se o poder da imprensa em “disciplinar” a todos para não seguir os caminhos do cangaço, ao mesmo tempo que ajudava a legitimar o governo varguista, pois agora “os sertões nordestinos estavam livres de uma praga infernal” (O POVO, 29/07/1938, p. 01) que tanto aterrorizou as famílias sertanejas.

Na verdade, pode-se observar que os jornais preferiam as narrativas de violência e medo. O cangaço vai aparecer também ligado à violência gratuita e à crueldade desmedida. São denúncias que querem mostrar uma sociedade em crise, quase convulsionando, degenerada e fatalmente condenada, quase sem saída. Medo desses indivíduos que não perdoam as propriedades privadas, os lares aflitos dos pobres, a honra das famílias. São narrativas que adjetivam o cangaceiro

(...) mais pejorativamente possível (facínora, sicário, bárbaro), aproximam-no da animalidade (fera, bicho, praga), arrolam os crimes enfatizando a sua gratuidade, a simultaneidade (caráter devastador, calamidade), recorrendo àqueles crimes mais arquetípicos (assassinato de velinhos, violação de moças desprotegidas, queima de crianças assistidas por mães, castração de noivos na frente das futuras esposas). Nessas narrativas o cangaço é destituído de qualquer conteúdo social, é produto de “um instinto” quase animalesco, por um prazer sádico de matar, de violar, de incendiar, de saquear (ALBUQUERQUE JR: 2011, p. 143).

Busca-se com esse discurso destruir qualquer simpatia que os populares podiam manter com relação aos cangaceiros. Coiterios são denunciados como sinônimo “do atraso da região”, o apoio dos grandes coronéis aos bandoleiros é questionado. Os Estados preocupavam-se principalmente em “se defenderem das ameaças à sua dominação, que grassavam na própria região, como a representada pelo cangaço, que nos anos 20 alcança, com o grupo de Lampião, maior visibilidade e parece representar um perigo cada vez maior para a ordem social” (ALBUQUERQUE JR: 2013, p. 140). Nada é capaz de unir tão rapidamente as pessoas em torno de um objetivo do que o medo. Cabia a imprensa estimular esse medo, mas também nomeá-lo e dotá-lo de significado.

3. A construção do medo

Uma articulação entre medo e política na sociedade cearense dos anos de 1920 e 1930, é possível para pensarmos as relações que se estabeleciam entre o cangaceiro e os outros atores sociais do mencionado período. Veremos mudanças significativas quando pensamos essa relação, haja vista que o cangaço vai passar de endêmico e tolerado para o epidêmico-repelido a partir das duas primeiras décadas do século XX. Vale lembrar que o surgimento dos bandos independentes vai causar o primeiro estranhamento e assustar as elites locais, antes senhores do mando, agora, em certa medida, reféns de algumas das ações dos grupos de cangaceiros que se alastravam pelo sertão. O medo que as elites locais gestavam dessa nova forma “profissional” de banditismo, pode ser captada principalmente a partir do fim da Sedição de Juazeiro, em 1914 e com os problemas causados pela terrível seca do ano seguinte.

A ação dos bandos independentes põe em risco, nesse caso, a propriedade privada e a vida dos fazendeiros, gerando uma atmosfera de insegurança nos locais onde eles atuavam. Aliás, o clima de insegurança será um caminho trilhado pelas elites para justificar o expurgo da vida cangaceira dos sertões. Todavia, ele será usado apenas quando é mais conveniente para esses grupos, pois, na maioria das vezes “ambos se fortaleciam com a celebração de alianças de apoio mútuos, surgidas de formas espontânea por não representarem requisitos de sobrevivência nem para uma nem para outra das partes, e sim, condição de maior poder” (MELLO, 2011, p. 87). Assim, perpetua-se a simbiose que

mantem as garantias de sobrevivência de ambos os grupos, eclipsada a partir da década de 1920.

Diante disso, parece-nos oportuno um diálogo com o filósofo Vladimir Safatle (2015), uma vez que ele constrói em seu livro uma articulação entre afetos e corpo político, partindo da filosofia política hobbesiana, onde o medo é a paixão, que dadas algumas ressalvas, faz o homem respeitar as leis⁶. Desse modo, “compreender sociedades como circuitos de afetos implicaria partir dos modos de gestão social do medo, partir de sua produção e circulação enquanto estratégia fundamental de aquiescência à norma” (SAFATLE, 2015, p. 16).

O medo da morte, da invasão dos lares, da desonra, transforma-se em motor da coesão social (SAFATLE, 2015). Todavia, o medo apenas voltado para a manutenção da força jurídica, para assecuração das leis, não basta. Pensar a produção do medo na sociedade cearense dos anos vinte e trinta, nos levará a pensar também as relações de poder. Poder este, segundo Foucault, exercido em rede, jamais cristalizado, estudando-o “(...) fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição do Estado; trata-se de analisa-lo a partir das técnicas e táticas de dominação” (FOUCAULT, 1999, p. 33). A noção Foucaultiana permite perceber o medo não mais como um fundador do poder, mais como um efeito das relações de poder.

Gestado dentro dessa relação, o medo será aqui encarado como um afeto capaz de unir numerosa quantidade de indivíduos diante de um mesmo objetivo. Para tal, é preciso transformar o outro em um inimigo, uma ameaça: de um lado, um predador feroz, assustador pronto para destruir tudo aquilo que foi construído a duras penas; do outro, uma presa frágil, encolhida, mas com a missão de não deixar seu mundo ser destroçado. É preciso expurgar o inimigo. Desse modo, “o indivíduo necessita recorrer a autênticas estratégias de criatividade cognitiva, inventando formas socialmente aceitáveis de defesa e autoproteção” (EZEQUIEL, 2016, p. 56).

Os jornais cearenses mobilizaram em suas narrativas o que Jean Delumeau (2007) chamou de “medo fundamental”, o medo morte. “Todos os medos contêm, em graus

⁶ Thomas Hobbes, *Leviatã*

diferentes, essa apreensão fundamental; e, portanto, o medo não desaparecerá da condição humana ao longo de nossa peregrinação terrestre (DELUMEAU, 2007, p. 41). Esse medo nos acompanha a todo instante e é pelo temor à finitude que medimos certas ações ao longo dos dias. Esse medo será fomentado através das narrativas de violências e mortes protagonizadas pelos bandoleiros.

A exemplo, no início do segundo decênio destacamos alguns telegramas que circularam no jornal *A Lucta*, de Sobral, trazendo em sua seção “Últimas Notícias do Mundo Inteiro” os informes sobre os feitos de “um enorme grupo de celerados” atacando e matando um missionário e outro padre da colônia salesiana de Mato Grosso (A LUCTA, 04/09/1920, p. 03). No Cariri, comerciantes são atacados por cangaceiros visando roubá-los. Ernesto Gomes morreu e Raimundo Alves Pereira ficou gravemente ferido. O governo determina “enérgicas providencias” (A LUCTA, 24/09/1920, p. 03). Ainda em novembro publica-se a notícia da chegada em Fortaleza de Felipe Galvão, comandante do 23º BP e inspetor da polícia militar. O mesmo seguirá para Guaramiranga “onde encontrará Serpa⁷ para conversar sobre a repressão do banditismo no Cariry” (A LUCTA, 27/09/1920, p. 03). Constantemente as folhas cearenses vão mobilizar narrativas de violência e medo, ajudando a construir perante o público uma imagem sobre o cangaço calcada no medo e na insegurança.

Em um único mês são vários os telegramas publicados dando notícias sobre as ações desses indivíduos. Além da urgência que o tema recebe, podemos destacar a forma como a notícia é construída: um enorme *grupo de celerados* foi o responsável pela morte de um missionário e que cangaceiros deixaram uma pessoa gravemente ferida, nos informa *A Lucta*. O discurso jornalístico tende a nomear e caracterizar os indivíduos e as ações que eles vivenciam. Nomeiam, atribuem sentidos e significados de acordo com as suas experiências, crenças e valores, conforme dissemos. *Celerados*, conforme colocado acima, diz-se de um indivíduo que cometeu o que é capaz de cometer um crime, um facínora, um vilão, um matador, um criminoso.

⁷ Justiniano de Serpa nasceu em Aquiraz no ano de 1852. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife em 1888 e assumiu a presidência do Estado do Ceará em 1920. Doente, precisou se afastar e foi sucedido por Ildefonso Albano em 1923. No ano seguinte, seria Moreira da Rocha o novo presidente do Ceará.

De modo algum as palavras utilizadas na composição da notícia são neutras. Cada palavra escolhida e a forma como estas apareceram no texto nos oferecem pistas para pensarmos a construção da imagem dos indivíduos ali narrados. Atentar para a construção do texto ajuda-nos a perceber também as tensões e os projetos de poder de grupos que se queriam hegemônicos. O discurso contribui para a manutenção de uma determinada estrutura de poder. Conforme Orlandi (2001), “O sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (ORLANDI, 2001, p. 42-43).

Desse modo, a linguagem pode ser apreendida como propósito de dominação por parte de alguns grupos. Ora, cada palavra empregada é também uma estratégia de poder, principalmente se pensarmos a quem eram destinadas essas folhas. Era a elite cidadina que adquiria o jornal, que fazia as assinaturas, sejam elas semestrais ou anuais e era ela quem comprava colunas para publicação de textos e anúncios. Apesar da população menos assistida travar seu contato com o mundo das letras, ela o fazia na contramão do poder estabelecido, pois até mesmo os termos utilizados podem oferecer uma leitura que distancia as classes. As palavras também podem apontar para um gesto simbólico de dominação.

Quando lemos notícias relacionadas aos grupos de cangaceiros nos deparamos nos periódicos com as palavras *facínoras*, *bandidos*, *gagsters*, associados a esses indivíduos: “Iguatú Sanguífero” é o título da matéria que estampa a primeira página do jornal *O Imparcial*, da capital cearense, informando que a população daquele lugar “(...) há dias vive sob a maior apreensão, devido a permanência do famigerado grupo dos Paulinos, de Aurora” (O IMPARCIAL, 27/04/1927, p. 01. Grifo nosso). “Crime da fazenda Jurema”, escreve *A Esquerda* da edição de maio de 1928, onde podemos ler que “o assumpto de todas as palestras continua a ser o caso do assassinato dos fazendeiros bahianos, por um grupo de cangaceiros do cel. Pedro Silvino, chefiado pelo terrível bandido Antônio de Souza Lima” (A ESQUERDA, 18/05/1928, p. 01. Grifo nosso).

Na década de 1930, a tônica continua: “Barbaro assassinato em Senador Pompeu”, publica *A Ordem*. O subtítulo enfatiza o apelo dramático: “Os bandidos do antro de Miguel Calmon massacraram o cel. Pedro Coelho” (A ORDEM, 29/03/1930, p. 02. Grifo

nosso). A *Razão* em tom ainda mais fatalista revela toda a arte jornalística do apelo aos sentimentos do público que as “notícias de sensação” podem causar: “Lampeão!”, aparece em letras enormes o título da matéria. O subtítulo, com fonte um pouco menor, mas ainda assim com destaque, informa que “O facínora e a sua horda continuam a encher de sangue e de luto as regiões do nordeste”. Certos de terem atingido em cheio o público, como quem é golpeado no estomago, o leitor, atônito, ainda ler abaixo o que há mais de se esperar naquele texto: “Scenas emocionantes de dor, vergonha e desespero!” (A RAZÃO, 16/05/1931, p. 03. Grifo nosso).

É interessante perceber como essas folhas vão se fazer soar uníssono quando o assunto era o cangaço. Havia o interesse em classificar esses indivíduos, aprisioná-los e engavetá-los sob um mesmo discurso: o cangaço é um mal que precisa ser combatido urgentemente. Nesse sentido, informa Sandra Dias de Melo, “nomear é uma atividade social” (MELO, 2006, p. 300). Segundo a autora, nomeamos e classificamos, isto é, “orientamos seu sentido de modo a designá-las como x e não y , em um processo que envolve valores, crenças e certezas sobre a coisa designada” (MELO, 2006, p. 301. Grifo nosso). Além disso, notemos as palavras utilizadas na composição da notícia quando se trata de qualificar esses indivíduos: o *terrível bandido*, o *facínora* e a *sua horda*, indicam, além do posicionamento do periódico, o possível caminho traçado para a interpretação dessas notícias, uma vez que apontam para a construção de indivíduos cujas ações são descritas como abomináveis, afinal elas enchem de sangue e de luto e não poupam os lares aflitos.

Entretanto, apenas em 1930 veremos de fato as cenas mudando, mesmo que lentamente. O governo revolucionário só trataria a sério o cangaço após o presidente Getúlio Vargas ficar sabendo dos detalhes e circunstâncias da morte do delegado Herculano Borges, em setembro de 1931. Corisco, seu carrasco o pendurou pelos pés numa vara e com o homem ainda vivo, retirou a sua pele. Além disso, “cortou-lhe as mãos, os pés e as orelhas, o esquartejou e enfiou as várias partes do seu corpo em estacas (LUSTOZA, 2011, p. 90). Foi através do relato desse crime em suas mensagens como interventor da Bahia que Juraci Magalhães conseguiu apoio do governo para exterminar o cangaço. Tarefa difícil, pois a Revolução de 1930 e, posteriormente, a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, terminaram por reduzir ainda mais a poucas forças empregadas no combate ao

banditismo. Além disso, no ano de 1932 outra grande seca assolou o Nordeste, causando mais problemas para a população. Os jornais chamavam atenção para o caos que se instalava e os representantes dos estados pediam ajuda financeira para tentar solucionar a crise que enfrentavam.

A brutalidade com que agora agia o grupo chama a atenção. Os jornais continuam a narrar em suas páginas os desmandos e audácia dos subgrupos de Lampião. As mudanças que vieram como o novo governo operaram em apenas uma parte dos problemas. Aquele que era o maior mal das populações sertanejas ainda permanecia vivo e, aparentemente, mais forte do que nunca. A esperança no “Brasil Novo” definhava outra vez: “O povo confiou e depois de tanto tempo ainda se vê agindo abertamente nos sertões o Grupo de Lampião. Sem solução, como na Pátria Velha, estão os problemas estaduais” (O DEBATE, 16/01/1932, p. 04).

Problemas estes que a imprensa não cessava de publicar em suas folhas. No mês de fevereiro de 1932, as narrativas de violência se aviltavam no jornal *A Nação*, de Fortaleza. Nela podemos ler que ao passarem pela fazenda Olho D’Água, Corisco e seu bando cometeram várias atrocidades. Deixando a fazenda pela manhã, no caminho deteve José Tibúrcio e Bartholomeu Regis, de quem espoliou mais de 300\$000.

Como não tivesse dinheiro José Tibúrcio foi conduzido preso até Bom Jardim, nas proximidades do rio Salitre. Aí, o pobre homem teve a infelicidade de ser denunciado por um morador da localidade, como tendo feito parte de uma expedição policial contra Lampião. Essa informação custou a vida do infeliz Tibúrcio, que foi imediatamente “sangrado”. Corisco e seus comparsas, fria e perversamente, assassinaram-no a punhaladas, lentamente, gozando as contorções de dor que a vítima fazia (A NAÇÃO, 16/02/1932, p. 01).

Notícias como essas apontam para a perpetuação do cangaceirismo no sertão, bem como fomentam o medo diante de tais indivíduos. Somente em 1937, com a instauração da ditadura do Estado Novo que o “reinado” de Lampião acenará para o seu final. Sob a pretensão de unificação do país e para barrar as desordens em território nacional, Vargas começa a perseguir ferozmente todos os que são considerados “extremistas” – comunistas e integralistas. O cangaço, obviamente, não fazia parte de nenhum dos grupos, mas era

considerado um “extremista” por conta de todas as desordens e atrocidades que cometiam, manchando, assim, a imagem do Brasil como um país civilizado. O tom das notícias vai mudar em 1938, depois da morte de Lampião, Maria Bonita e alguns integrantes de seu grupo em Sergipe, na gruta dos Angicos em julho do referido ano estampando as folhas com matérias sobre o combate que pôs fim à “Fera do Sertão”.

Considerações finais

Os significados elaborados pela imprensa cearense visavam atender ao projeto de poder que os homens dos jornais pensavam para o país. Esses significados, todavia, não podem ser engavetados e/ou isolados, isto é, eles estão emaranhados, ligados, amarrados e é assim que fazem sentido dentro da conjuntura política da Primeira República. Dentro da arena política, essas notícias tornavam-se uma arma poderosa, usada para desqualificar os adversários, por exemplo. Não é à toa o recorrente uso de denúncias de candidato “A” ou “B” envolvido com cangaceiros nos momentos de pleito. A crítica se estende aos governantes que estão no poder, acusados de negligência e tolerância com o banditismo, simbolizando o fracasso diante das instituições de repressão (polícia), por não conseguirem dar fim aos grupos de “facínoras”, que grassavam pelo sertão atormentando as famílias: um verdadeiro atentando à moral e à honra familiar e ao Estado como um todo, portanto, um entrave à civilização. Aliás, caro bordão republicano.

A falência ficava ainda mais evidente no início dos anos 1930, quando se acreditava que a “Revolução” iria por fim às velhas estruturas, marcadas pela força desmedida das oligarquias. Posto assim, essa crítica estende-se a todo o sistema republicano cujos sonhos teimavam em não se realizar. Além disso, havia o medo de que a ação dos bandoleiros seduzisse e levasse as classes menos favorecidas a engrossarem as fileiras do cangaço. Medo da revolta, medo de perder o controle do julgo e do mando. Assim, os jornais eram verdadeiras armas municadas de notícias contendo narrativas de violência e medo. Ora, além de aproveitar o gosto da população por essas “notícias de sensação” e, portanto, explorar o caráter vendável destas, o medo era incutido como estratégia política no intuito

de acabar com a possibilidade de qualquer simpatia que as classes pobres poderiam nutrir pelos cangaceiros.

Busca-se, entre outras coisas, com este discurso tecer críticas ao governo republicano, nascido com propostas de mudar a situação do país, mas que acaba mantendo viva velhos vícios. Talvez seja isso, um dos motivos para aglutinação de discursos homogêneos sobre a temática: pois as folhas representavam um grande mal que precisava ser combatido. Além disso, os jornalistas, homens citadinos (e muitas vezes, de uma elite letrada) desempenhavam papel de acabar com qualquer simpatia que os menos favorecidos poderiam nutrir pelos cangaceiros. Assim, pode-se inferir que tais narrativas foram usadas com viés político visando criticar a inoperância do governo, buscando também alcançar fins moralizantes e civilizatórios.

FONTES

Mensagens do Governador do Ceará (1915)

Jornais consultados

<i>A Esquerda</i> (1928)	<i>Jornal do Ceará</i> (1904)
<i>A Lucta</i> (1920-1922)	<i>O Debate</i> (1932)
<i>A Nação</i> (1932)	<i>O Imparcial</i> (1927)
<i>A Ordem</i> (1930)	<i>O Povo</i> (1936, 1938)
<i>A Razão</i> (1930, 1931)	

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5º edição, São Paulo: Cortez. 2011.

_____. **Nordestino: uma invenção do falo** — uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). 2º edição, São Paulo: Intermeios, 2013.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

EZEQUIEL, V. de C. Discurso do medo e as eleições presidenciais no Brasil em 2014. In: **Mediaciones Sociales**. nº 15, pp 55-79. 2016.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). trad. de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GALVÃO, A. de O. **História da cultura escrita**: séculos XIX e XX. GALVÃO, A. de O. (ORG). Autêntica Editora 1ª Edição. Coleções: Linguagem e educação, UFMG, 2008.

GONÇALVES, A. BRUNO, A. (Org.). **O Trabalhador Gráfico** – Edição fac-similar. Fortaleza: Editota UFC, 2002.

HOBBS, T. **Leviatã**. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. (Tradução de Rosina D'Angina). 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2014.

LUSTOSA, I. **De olho em Lampião**: violência e esperteza. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2011.

MELO, S. H. D de. O problema da referência, significação e classificação na linguagem: o gênero discursivo no jornal. In: RAJAGOPALAN, K. & FERREIRA, D. M. M. **Políticas em linguagem**: perspectivas identitárias. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2006.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2001.

PERICÁS, L. B. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. 2ªed., São Paulo: Boitempo, 2010.

SAFATLE, V. **Circuito dos Afetos**: Corpos políticos, Desamparo, Fim do Indivíduo. 2. ed. rev.; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In.: FERREIRA, J. DELGADO, L. de A. N. (Org.) **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo – vol. 2. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

WILLIAMS, R. A Imprensa e a Cultura Popular: uma perspectiva histórica. In: **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, EDUC, 1981.